

Professores universitários voltam às aulas

Os professores universitários retornaram às aulas, mas permanecem sob estado de greve que poderá ser novamente decretada se as universidades privadas não acatarem a decisão do Tribunal Regional do Trabalho, que considerou legal o movimento reivindicatório. Após 27 dias de greve dos professores do 3º Grau, a única faculdade que não teve as atividades normalizadas foi a Estácio de Sá, cujos 500 professores não receberam o salário referente a março.

Com exceção das Faculdades Integradas Estácio de Sá, no Rio Comprido, foi praticamente normal o movimento de alunos na maioria das universidades privadas, nas quais professores realizaram periodicamente assembleias informativas nos intervalos das aulas. Tanto na PUC como na Santa Úrsula — duas das maiores universidades privadas da Zona Sul — os alunos estão organizando assembleia e protestos contra o repasse do aumento dos professores, ameaçando boicotar as mensalidades.

Outra greve — As direções da PUC e da Universidade Santa Úrsula

admitem que, para cumprir a determinação do TRT — no atendimento às reivindicações dos professores —, lançarão mão do repasse às mensalidades escolares. O reitor da Santa Úrsula, George Doyle Maia, lembrou que “o aluno é a única fonte de renda” daquela universidade, mas — como na PUC — a direção ainda não dispõe de percentuais para fazer o repasse. Os diretórios centrais de estudantes estão mobilizados contra qualquer tentativa de repasse às mensalidades:

— Vamos boicotar geral — alerta Válder Teixeira, do DCE da Santa Úrsula, convidando alunos de todas as faculdades para um ato-show *Contra os Aumentos*, amanhã, às 8h, na Santa Úrsula. A entrada é franca.

O DCE vai propor à comunidade estudantil (9 mil 42 alunos) para entrar com ação judicial contra a PUC, pelo não pagamento da mensalidade de abril, pois a greve dos professores foi deflagrada no início daquele mês.

— Uma vez que não se prestou o

serviço e a greve foi considerada legal, exigimos a imediata reposição de nossas aulas — afirmou Álvaro Felipe, estudante de economia e integrante do DCE da PUC.

Como outras universidades, a PUC também terá alterado o calendário escolar para suprir os 15 dias úteis de aulas perdidas. Isso vai tomar parte das férias. Em assembleia geral marcada para amanhã, os alunos da PUC pretendem discutir a questão das mensalidades e a proposta de um congresso interno, com poder deliberativo, para aprimoramento das condições acadêmicas. De saída, o *Congresso Interno Já* — a mais nova palavra de ordem da PUC — pedirá eleições diretas para reitor.

Tanto na PUC como na Santa Úrsula, os professores concordaram que é iminente o risco de nova greve, caso seja acatado pelo Tribunal Superior do Trabalho um efeito suspensivo que anularia as reivindicações conquistadas na greve considerada legal pelo TRT.

— É incrível como uma procuradora

pode entrar com um recurso desses em nome do Estado que deveria ser imparcial na questão — disse o vice-presidente da Andes (Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior), Sidnei Solis, criticando a atitude da procuradora Cinéa Cimini, da 1ª Turma do TRT. Para ele, “os professores estão de sobreaviso. Se não forem mantidas as conquistas da categoria, voltaremos imediatamente à greve”.

Sidnei informou que os cerca de 700 professores da Santa Úrsula manifestaram apoio irrestrito à greve dos auxiliares administrativos que desde a semana passada paralisaram o serviço burocrático nas universidades e escolas particulares do Rio.

Na PUC, a Assessoria de Imprensa estimou em 85% as ausências de funcionários administrativos, embora a vice-reitora para Assuntos Comunitários, Hedy Vasconcellos, desconheça as reivindicações dos grevistas ou mesmo alguma comissão que tenha proposto negociar com a direção da universidade.